

## A TEORIA DISPOSICIONAL DE SEARLE E O PROBLEMA DA CAUSAÇÃO MENTAL INCONSCIENTE

SEARLE'S DISPOSITIONAL THEORY AND THE PROBLEM OF UNCONSCIOUS  
MENTAL CAUSATION

TÁRIK DE ATHAYDE PRATA<sup>1</sup>

**Abstract:** Exactly as Descartes, Searle sees consciousness as essential to mental phenomena. In order to make this (1) Cartesian view of consciousness compatible with (2) the acceptance of the unconscious, he holds (3) a dispositional theory: unconscious states exist as dispositions to the production of conscious states. However, his argument for the connection between the mental and consciousness is based on the thesis that the aspectual shape does not exist in objective phenomena, which is incompatible with unconscious mental causation. In order to be causally efficacious, an unconscious state has to be an occurring aspectual shape, which belies the dispositional theory and exists independently from consciousness, contradicting the Cartesian view.

**Keywords:** Unconscious, Dispositional theory, Mental causation, Aspectual shape.

**Resumo:** Exatamente como Descartes, Searle concebe a consciência como essencial aos fenômenos mentais. Para compatibilizar essa (1) concepção cartesiana da consciência com a (2) aceitação da existência do inconsciente, ele defende uma (3) teoria disposicional: estados inconscientes existem como disposições para a produção de estados conscientes. Entretanto, seu argumento para a conexão entre o mental e a cons-

**Résumé:** Exactement comme Descartes, Searle considère la conscience comme essentielle aux phénomènes mentaux. Afin de rendre cette (1) vision cartésienne de la conscience compatible avec (2) l'acceptation de l'inconscient, il soutient (3) une théorie dispositionnelle : les états inconscients existent en tant que dispositions à la production d'états conscients. Cependant, son argument en faveur du lien entre le mental et la

---

<sup>1</sup> Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco [UFPE], Brasil. Professor Associado do Departamento de Filosofia. Email: [tarik.de\\_athayde\\_prata@alumni.uni-heidelberg.de](mailto:tarik.de_athayde_prata@alumni.uni-heidelberg.de) ORCID: 0000-0002-1065-9621

ciência se baseia na tese de que a forma aspectual não existe em fenômenos objetivos, o que é incompatível com a causalção mental inconsciente. Para ser causalmente eficaz, um estado inconsciente precisa ter uma forma aspectual ocorrente, o que contradiz a teoria disposicional, e precisa existir de modo independente da consciência, indo de encontro à visão cartesiana.

**Palavras-chave:** Inconsciente, Teoria disposicional, Causalção mental, forma aspectual.

conscience est basé sur la thèse selon laquelle la forme aspectuelle n'existe pas dans les phénomènes objectifs, ce qui est incompatible avec la causalité mentale inconsciente. Pour être causalement efficace, un état inconscient doit être une forme aspectuelle qui se produit, qui dément la théorie dispositionnelle et existe indépendamment de la conscience, contredisant la vision cartésienne.

**Mots-clés:** Inconscient, théorie dispositionnelle, causalité mentale, forme aspectuelle.

## 1. Introdução<sup>2</sup>

René Descartes – certamente, o filósofo que exerceu a mais profunda influência sobre as reflexões filosóficas acerca da mente nos últimos trezentos e oitenta anos – concebeu a mente como uma *substância*<sup>3</sup>, no sentido ontológico do termo<sup>4</sup>, substância cujo atributo essencial é o *pensamento*<sup>5</sup>, e definiu o pensamento como algo necessariamente consciente<sup>6</sup>, de maneira que ele recusou reiteradamente a possibilidade de fenômenos mentais inconscientes.<sup>7</sup>

<sup>2</sup> Versões anteriores do presente trabalho foram apresentadas oralmente no *IV Congresso da Sociedade Filosófica do Uruguai* (Montevidéu), em 08 de junho de 2018, e no *V Encontro Linguagem e Cognição* (Maceió – Alagoas, Brasil), em 23 de novembro de 2018.

<sup>3</sup> Descartes, R. “Meditação terceira”. In: *Discurso do método; Meditações; Objeções e Respostas; As Paixões da Alma; Cartas*. (2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural – Coleção ‘Os Pensadores’), 1979, p. 107. [AT, VII, p. 44; AT, IX, p. 35; CSM, II, p. 30]. Entre colchetes estão indicadas as referências ao volume VII (latim) e ao volume IX (francês) da edição das obras de Descartes organizada por Charles Adam e Paul Tannery (AT), bem como ao volume II (inglês) da edição organizada por John Cottingham, Robert Stoothoff e Dugald Murdoch (CSM).

<sup>4</sup> Imaguire, G. “A substância e suas alternativas: feixes e tropos” In: *Metafísica Contemporânea*. Organizado por Guido Imaguire, Custódio Almeida e Manfredo Oliveira. (Petrópolis: Vozes, 2007), pp. 272-83.

<sup>5</sup> Descartes, R. “Meditação segunda”, p. 93-94. [AT, VII, p. 27; AT, IX, p. 21; CSM, II, p. 18].

<sup>6</sup> Descartes, R. “Segundas respostas”, p. 169. [AT, VII, p. 160; AT, IX, p. 124; CSM, II, p. 113].

<sup>7</sup> Descartes, R. “Primeiras respostas” [AT, VII, p. 107; AT, IX, p. 85; CSM, II,

Nesse sentido, Descartes foi apenas um representante especialmente proeminente de uma tradição muito antiga, pois, como colocou Franz Brentano, em sua *Psicologia do ponto de vista empírico*, milênios se passaram antes que surgisse um pensador que defendesse a ideia de que existem fenômenos mentais inconscientes<sup>8</sup>.

Todavia, esse cenário intelectual se modificou radicalmente ao longo do século XX, pois a influência de Sigmund Freud<sup>9</sup> e, mais recentemente, das ciências cognitivas<sup>10</sup> tornou muito difícil negar que diversos estados, eventos e processos mentais existem de forma inconsciente. Não apenas fenômenos como atos falhos e sugestão pós-hipnótica, discutidos por Freud, mas também fenômenos como a visão cega, a percepção subliminar e o efeito *priming*<sup>11</sup>, objeto de estudos contemporâneos, indicam que a conexão entre o mental e a consciência não é tão essencial quanto pensou essa antiga tradição filosófica.

Mas o caso é que existe uma antiga estratégia teórica para se tentar reconciliar a existência do inconsciente com o (suposto) caráter essencial da consciência para o mental, uma estratégia que já foi saudada como correta por Brentano<sup>12</sup>, um inimigo da noção de inconsciente, e rejeitada por

---

p. 77]. Descartes, R. “Quartas respostas” [AT, VII, p. 232; AT, IX, p. 180; CSM, II, p. 162]. Descartes, R. “Quartas respostas” [AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190; CSM, II, p. 171]. As passagens referenciadas nesta nota não estão disponíveis na edição brasileira consultada para a redação do presente artigo.

<sup>8</sup> Brentano, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. (2ª ed. Leipzig: Meiner, 1924), p. 144.

Brentano, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. (London: Routledge & Kegan Paul, 1995), p. 103. Cf. também Bargh, J. A.; Morsella, E. “The Unconscious Mind”. In: *Perspectives on Psychological Science*, Vol. 3, Nº 1, pp. 73-79, (2008), p. 73.

<sup>9</sup> Searle, J. R. *The Rediscovery of the Mind*. (Cambridge Mass., London: MIT Press, 1992), p. 151. Searle, J. R. *A Redescoberta da Mente*. (São Paulo: Martins Fontes, 1997), p. 218.

Gennaro, R. *Consciousness and Selfconsciousness: A Defense of the Higher Order Thought Theory of Consciousness*. (Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1996), p. 6.

<sup>10</sup> Talvitie, V. *Freudian Unconscious and Cognitive Neuroscience: From Unconscious Fantasies to Neural Algorithms*. (London: Karnac Books, 2009), p. 9.

Boag, S. “In defense of unconscious mentality”. In: *Psychoanalysis and Philosophy of Mind: Unconscious Mentality in the Twenty-First Century*. Organizado por Simon Boag, Linda Brakel e Vesa Talvitie. (London: Karnac Books, 2015), p. 240.

Searle, J. R. *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception*. (Oxford: Oxford University Press, 2015), p. 203.

<sup>11</sup> A palavra “*priming*” pode ser traduzida em português pela palavra “pré-ativação”. O chamado “efeito *priming*” consiste na *influência* que um estímulo inconscientemente percebido (por exemplo, por ter sido apresentado ao sujeito rápido demais para que pudesse ser percebido conscientemente), exerce sobre os processos cognitivos do sujeito.

<sup>12</sup> Brentano. *Psychologie*, p. 144. Brentano. *Psychology*, p. 103.

Freud<sup>13</sup>, o maior difusor dessa noção. Trata-se da estratégia que consiste em conceber os fenômenos inconscientes não como fenômenos mentais *ocorrentes*, mas sim como fenômenos meramente *disposicionais*.

Uma disposição pode ser caracterizada como uma *propriedade* de um concreto particular (uma entidade concretamente existente no espaço e no tempo<sup>14</sup>) que *causa* certos efeitos somente se são dadas as circunstâncias adequadas. A característica (disposicional) de determinada substância química ser venenosa equivale a suas propriedades químicas que, nas circunstâncias adequadas, causariam o adoecimento ou morte de determinados organismos<sup>15</sup>. Como esclarece Rom Harré, a atribuição de um caráter disposicional a algo tem uma estrutura *condicional*: “atribuir uma disposição a uma coisa ou a uma substância é dizer que se certas condições ocorrem, então a coisa ou substância vai se comportar de um certo modo, ou provocar um certo efeito”<sup>16</sup>.

Quando está encerrada em um frasco, a substância possui propriedades químicas dotadas da capacidade de adoecer e matar, ainda que essas capacidades não estejam sendo exercidas. Conceber fenômenos inconscientes como disposições significa considerar que, enquanto eles permanecem inconscientes, eles não possuem uma existência efetivamente *mental*, pois eles existiriam apenas como propriedades *físicas* capazes de gerar fenômenos mentais conscientes, nas circunstâncias apropriadas.

Na cena filosófica contemporânea, na qual o império da consciência sobre o território do mental está muito enfraquecido, essa concepção disposicional do inconsciente não encontra tanto espaço. Mas ela é defendida por um influente filósofo que vê a consciência como o mais importante dos fenômenos mentais<sup>17</sup>, de modo que, para ele, o estudo da mente é o estudo da consciência, no mesmo sentido em que a biologia é o estudo da vida<sup>18</sup>. Trata-se de John Rogers Searle (1932-), expoente da teoria dos atos de fala<sup>19</sup>

<sup>13</sup> Freud, S. “Einige Bemerkungen über den Begriff des Unbewussten in der Psychoanalyse (1912)”. In: *Psychologie des Unbewussten*. (Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1982), (Studienausgabe Band III), p. 29.

<sup>14</sup> Loux, M. *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. (London: Routledge, 2006), p. 19.

Arruda, J. M. “Universais e particulares: Platonismo e Nominalismo”. In: *Metafísica Contemporânea*, p. 223.

<sup>15</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 161. Searle. *A redescoberta*, p. 231.

<sup>16</sup> Harré, R. “Dispositions and Powers” In: *A Companion to the Philosophy of Science*. Organizado por W. H. Newton-Smith. (Oxford: Blackwell, 2001), p. 97.

<sup>17</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 18. Searle. *A redescoberta*, p. 31.

<sup>18</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 227. Searle. *A redescoberta*, p. 326.

<sup>19</sup> Searle, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1969).

Searle, J. R. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1979).

e autor do célebre “argumento do quarto chinês”<sup>20</sup>, que em suas tentativas de fundamentar aquele que ele chama de o “Princípio da Conexão”<sup>21</sup> – a conexão entre o inconsciente e a consciência<sup>22</sup> –, defende reiteradamente a teoria disposicional.

Apesar de alegar de modo insistente ser um opositor do pensamento cartesiano<sup>23</sup>, chegando a intitular uma seção de um de seus livros de “Descartes e outros desastres”<sup>24</sup>, a grande verdade é que Searle tem muitos pontos em comum com o autor do *Discurso do método*, fato que foi reconhecido por diversos intérpretes<sup>25</sup>. No presente trabalho, o foco estará no fato de que Searle, assim como Descartes, considera a consciência o mais importante dos fenômenos mentais, o que gera problemas para explicar a existência de fenômenos mentais inconscientes.<sup>26</sup>

Para compatibilizar (1) sua visão *cartesiana* da consciência com (2) a aceitação do inconsciente, Searle propõe (3) uma teoria *disposicional*: fenômenos inconscientes existem como disposições para a causação de fenômenos conscientes. Até nisso Searle coincide com Descartes, que, rejeitando a defesa de Arnauld sobre a possibilidade de pensamentos inconscientes<sup>27</sup>, alegou que:

Embora nós sempre estejamos atualmente cientes dos atos ou operações de nossas mentes, nós não estamos sempre cientes das faculdades ou poderes da mente, exceto *potencialmente* [grifo meu]. Com isso quero dizer que quando nos concentramos em empregar uma de nossas faculdades, então, se

---

<sup>20</sup> Searle, J. R. “Minds, Brains and Programms” In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 3, (1980).

<sup>21</sup> Searle, J. R. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), p. 586. Searle. *The Rediscovery*, p. 156. Searle. *A redescoberta*, p. 224.

<sup>22</sup> Searle, J. R. *Mind: A Brief Introduction*. (Oxford: Oxford University Press, 2004), p. 246.

<sup>23</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. xii. Searle. *A redescoberta*, p. 2. Searle. *The Rediscovery*, p. 13-14. Searle. *A redescoberta*, p. 24-25.

<sup>24</sup> Searle. *Mind*, p. 13.

<sup>25</sup> Cf., por exemplo, Kemmerling, A. “Von der Sprache zum Bewusstsein: John R. Searle löst sich vom analytischen Mainstream” In: *Merkur – deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*. Vol. 48, Nº 5, (1994), p. 438.

<sup>26</sup> A respeito de Searle, David Armstrong afirma: “Sua teoria dos estados mentais inconscientes pode ser chamada de neo-cartesiana. Não estou me referindo ao dualismo de Descartes, rejeitado por Searle, mas sim à visão cartesiana de que a essência do mental é a consciência.” Armstrong, D. M. “Searle’s Neo-Cartesian view of Consciousness”. In: *Philosophical Issues*, Vol. 1, pp. 67-71, (1991), p. 68.

<sup>27</sup> Arnauld. “Quartas objeções”. [AT, VII, p. 214; AT, IX, p. 167; CSM, II, p. 150].

a faculdade em questão reside em nossa mente, imediatamente nos tornamos atualmente cientes dela, e assim podemos negar que está em nossa mente se não formos capazes de nos tornamos conscientes dela.<sup>28</sup>

Ao empregar a noção de *potencialidade* para explicar a relação entre (a) fenômenos mentais dos quais não estamos cientes e (b) a consciência, Descartes está *sugerindo* uma perspectiva disposicional do inconsciente, embora ele não tenha construído uma teoria a respeito do inconsciente – assim como ele também não construiu uma teoria da consciência<sup>29</sup>.

Em seu livro *Le problème de l'inconscient et le cartésianisme*, Geneviève Rodis-Lewis discutiu detalhadamente os diferentes fenômenos que, na falta de uma teoria articulada, podem ser vistos como correspondendo ao inconsciente na obra de Descartes, a saber: (1) os graus mais sutis de consciência, (2) a memória corpórea, (3) os pensamentos latentes ainda não considerados, (4) as ideias inatas e (5) as disposições e hábitos adquiridos<sup>30</sup>. De acordo com Xavier Kief, todos esses fenômenos só podem ser inconscientes de modo *transitório*<sup>31</sup>, o que, no meu modo de entender, indica que eles existem, na visão de Descartes, em algum tipo de *conexão* com a consciência.

Mesmo uma interpretação como a de Mathew Eshleman, segundo a qual existem na obra de Descartes – em especial no escrito *As paixões da alma* – os rudimentos de uma concepção do inconsciente – concepção que teria algumas importantes semelhanças com a visão de Freud – não é incompatível com a interpretação que estou defendendo aqui, pois o que eu afirmo é que Descartes não possuía uma *teoria bem articulada* sobre o inconsciente, coisa que Eshleman não questiona. Além disso, quando ele afirma que Descartes concebia o inconsciente em termos de *causas físicas* de certos conteúdos da consciência<sup>32</sup>, Eshleman, na verdade, *reforça* a interpretação de que Descartes estava comprometido com uma visão disposicional do inconsciente.

<sup>28</sup> Descartes. “Quartas respostas”. [AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190; CSM, II, p. 172].

<sup>29</sup> Diversos estudiosos são unânimes em afirmar que Descartes não desenvolveu uma teoria da consciência. Cf. Kemmerling, A. *Ideen des Ichs: Studien zur Philosophie Descartes*. (Frankfurt a. M.: Vittorio Klostermann, 2005), p. 200-1.

Barth, C. “Bewusstsein bei Descartes”. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, Vol. 93, (2011), p. 162.

Simmons, A. “Cartesian Consciousness Reconsidered”. In: *Philosophers Imprint*. Vol. 12, Nº 2, (2012), p. 3.

<sup>30</sup> Rodis-Lewis, G. *Le problème de l'inconscient et le cartésianisme*. (2ª ed. Paris, PUF, 1982), pp. 37-94.

<sup>31</sup> Kief, X. “Le problème de L'inconscient selon Descartes”. *Revue philosophique*, Nº 3, (2007), p. 309.

<sup>32</sup> Eshleman, M. “The Cartesian Unconscious”. *History of Philosophy Quarterly*. Vol. 24, Nº 3, pp. 297-315, July (2007), p. 301.

A questão é que, ao mesmo tempo em que defende a centralidade da consciência no domínio do mental<sup>33</sup>, Searle insiste em defender que os fenômenos inconscientes – sejam (a) fenômenos sensoriais, sejam (b) fenômenos intencionais<sup>34</sup> – podem possuir *poderes causais* durante o tempo em que permanecem inconscientes<sup>35</sup>. Tanto estados mentais como (a) sensações corpóreas (p. ex. dores e coceiras) ou as sensações de cor, textura ou som que compõem nossas percepções do mundo (tudo isso caracterizado por um *aspecto qualitativo*), quanto estados mentais como (b) crenças, desejos ou intenções (caracterizadas pela *remissão* a objetos e estados de coisas no mundo – característica conhecida desde Brentano como “intencionalidade”<sup>36</sup>), seriam capazes de *afetar nossas ações* mesmo quando não são estados mentais conscientes, o que é uma posição obviamente aceita por defensores de uma concepção psicológica do inconsciente, como Freud.

A tese defendida no presente trabalho é que *não é* possível aceitar a eficácia causal inconsciente e, ao mesmo tempo, abraçar (1) uma teoria disposicional do inconsciente e (2) a correspondente visão cartesiana da consciência como a essência da mente, pois a aceitação de eficácia causal é *incompatível* tanto com a teoria disposicional<sup>37</sup> quanto com a perspectiva cartesiana da consciência. E essa aceitação de eficácia causal é irreconciliável com essas duas posições porque (1’) essa eficácia *pressupõe* certas características efetivamente mentais dos fenômenos mentais envolvidos (o que rejeita a teoria disposicional)<sup>38</sup> e porque (2’) essa existência efetivamente mental tem que

<sup>33</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 84. Searle. *A redescoberta*, p. 125.

<sup>34</sup> Searle, a rigor, *rejeita* uma separação rígida entre fenômenos mentais (a) sensoriais e (b) intencionais, pois todos os fenômenos intencionais seriam marcados por um caráter sensorial – cf. Searle. *Mind*, p. 134. Todavia, no meu entendimento, o problema discutido no presente trabalho mostra que estados intencionais devem ser distinguidos de estados sensoriais, já que estados intencionais inconscientes – quando são causalmente eficazes – existem enquanto estados genuinamente intencionais independentemente de qualquer caráter sensorial consciente.

<sup>35</sup> Searle. *Mind*, p. 244-45.

<sup>36</sup> Brentano. *Psychologie*, p. 124-5. Brentano. *Psychology*, p. 88.

<sup>37</sup> Sobre o ponto de vista de que a eficácia causal dos fenômenos mentais inconscientes requer que esses fenômenos existam de modo ocorrente, cf. Rosenthal, D. “Two Concepts of Consciousness”. In: *Philosophical Studies*, Vol. 49, (1986), p. 342.

Carlson, R. A. “Conscious Mental Episodes and Skill Acquisition”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), p. 599.

Dreyfus, H. “Searle’s Freudian Slip”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), p. 604.

Kriegel, U. “Consciousness as Intransitive Self-Consciousness: Two Views and an Argument”. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 33, No. 1, Mar (2003), p. 116.

<sup>38</sup> Para causar efeitos, uma dor – mesmo inconsciente – precisa ter *aspecto qualitativo*, assim como uma intenção – mesmo inconsciente – precisa ter *conteúdo representativo*.

ser reconhecida como *independente* da consciência (o que rejeita a visão cartesiana à qual Searle adere).

No presente trabalho, após uma exposição do argumento de Searle a favor de sua teoria disposicional dos fenômenos mentais inconscientes (seção 2), serão discutidos os problemas que a eficácia causal de certos fenômenos mentais inconscientes provoca para essa teoria (seção 3), tanto no que diz respeito à questão da existência neurobiológica da forma aspectual (seção 4), quando no tocante às *condições* para a causação mental inconsciente, a saber, a efetiva instanciação de propriedades qualitativas e/ou representacionais (seção 5). Por fim (seção 6), irei argumentar que (1\*) o *valor explicativo* dos fenômenos mentais inconscientes exige a (2\*) *eficácia causal* desses fenômenos, eficácia esta que, por sua vez, pressupõe (3\*) a presença das *propriedades mentais* desses fenômenos (sejam propriedades sensoriais ou intencionais); propriedades estas que tem de ser (4\*) ocorrentes (não disposicionais) e (5\*) tem que existir independentemente da consciência.

## 2. O argumento para a conexão entre o inconsciente e a consciência

Searle parte do princípio de que há uma “distinção entre os fenômenos que são genuinamente intencionais e aqueles que, em alguns aspectos, comportam-se como se fossem, mas na realidade não são”<sup>39</sup>. Nesse sentido, ele enfatiza a diferença entre a situação de, por exemplo, afirmar que um *ser humano* está com sede (caso de intencionalidade intrínseca), e a situação de afirmar que um *gramado* está com “sede”, porque ele não foi regado (caso de intencionalidade “como-se”)<sup>40</sup>. Para ele, os estados intencionais inconscientes possuem intencionalidade intrínseca, pois não há nada de metafórico em dizer, por exemplo, que alguém adormecido acredita que Joe Biden é o atual presidente americano. E se esses estados intencionais inconscientes são intrínsecos, então eles tem que ter uma *forma aspectual*, ou seja: eles tem que representar suas condições de satisfação sob certos aspectos. Como esclarece Searle:

Um homem pode acreditar, por exemplo, que a estrela no céu é a Estrela da Manhã sem acreditar que é a Estrela Vespertina. Um homem pode, por exemplo, querer beber um copo d’água sem querer beber um copo de H<sub>2</sub>O. Há um número indefinidamente grande de descrições corretas da Estrela Vespertina e de um copo d’água, mas acredita-se em algo em relação a elas,

<sup>39</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 155. Searle. *A redescoberta*, p. 222.

<sup>40</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 78-79. Searle. *A redescoberta*, p. 116-17.

ou deseja-se algo delas somente sob determinados aspectos e não sob outros. Toda crença e todo desejo, na verdade todo fenômeno intencional, tem uma forma aspectual<sup>41</sup>.

O problema que exige a aceitação da teoria disposicional é, segundo Searle, que a forma aspectual – enquanto característica essencial dos estados intencionais<sup>42</sup> – não pode ser minuciosa ou completamente caracterizada apenas em termos de predicados de terceira pessoa, sejam *comportamentais*, sejam *neurofisiológicos*, pois, segundo ele, toda descrição objetiva deixará em aberto qual é a forma aspectual do estado intencional. Se os fenômenos intencionais inconscientes, durante o tempo em que permanecem inconscientes, não passam de processos eletroquímicos ocorrendo no cérebro, então a única maneira como a forma aspectual pode existir, quando eles estão inconscientes, é enquanto estados conscientes *possíveis*, e essa “possibilidade” é concebida por Searle enquanto “capacidade *causal* de produzir consciência”<sup>43</sup>, alegação que, justamente, corporifica a teoria disposicional.

Podemos reconstituir a argumentação<sup>44</sup> de Searle, tal como exposta em *A redescoberta da mente*, distinguindo, por um lado, suas premissas e, por outro lado, suas conclusões. Apesar de Searle alegar que não pensa o argumento como uma dedução de axiomas<sup>45</sup>, Robert van Gulick<sup>46</sup> chama a atenção para o fato de que é bastante razoável pensar as cinco primeiras asserções (que serão expostas a seguir) como as *premissas* do argumento, já que nenhuma delas se segue de nenhuma das outras. No meu modo de entender, entre essas cinco premissas, cabe distinguir entre aquelas que expressam (A) *pressupostos mais amplos* do argumento e aquelas que expressam (B) *alegações específicas*, relativas ao modo de existência do inconsciente, alegações que possibilitariam, segundo Searle, a derivação das (C) conclusões. Deste modo, a argumentação pode ser reconstituída da seguinte maneira:

---

<sup>41</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 157. Searle. *A redescoberta*, p. 225-26.

<sup>42</sup> Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, p. 587. Searle. *Mind*, p. 247.

<sup>43</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 160. Searle. *A redescoberta*, p. 230.

<sup>44</sup> Para verificar as diferentes formulações do argumento, cf. Searle, J. R. “Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality”. *Philosophical Topics*, Vol. 17, (1989), pp. 198-203.

Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, pp. 586-88. Searle. *The Rediscovery*, pp. 156-61. Searle. *A redescoberta*, pp. 224-31. Searle. *Mind*, p. 247-48. Searle. *Seeing Things as They Are*, p. 207-8.

<sup>45</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 156. Searle. *A redescoberta*, p. 224.

<sup>46</sup> Van Gulick, R. “Why the Connection Argument Doesn’t Work”. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LV, Nº 1, (1995), p. 202.

(A) Pressupostos gerais:

- (1) Há uma distinção entre intencionalidade intrínseca e intencionalidade como-se;
- (2) Estados intencionais inconscientes são *intrínsecos*;
- (3) Estados intencionais intrínsecos (quer conscientes que inconscientes) sempre tem *formas aspectuais*;

(B) Alegações específicas:

- (4) A característica aspectual não pode ser minuciosa ou completamente caracterizada apenas em termos de predicados de *terceira pessoa* (comportamentais ou neurofisiológicos);
- (5) A ontologia de estados mentais inconscientes, durante o tempo em que são inconscientes, consiste inteiramente na existência de fenômenos *puramente neurofisiológicos*;

(C) Conclusões:

- (6) A noção de um estado intencional inconsciente é a noção de um estado que é um pensamento ou experiência consciente *possível*;
- (7) A ontologia do inconsciente consiste em características objetivas do cérebro *capazes de causar* pensamentos conscientes subjetivos.

Dados os pressupostos da *intencionalidade intrínseca* (teses 1 e 2), e da necessidade de uma *forma aspectual* (tese 3), parece haver uma contradição entre a impossibilidade de descrever a forma aspectual em termos objetivos (tese 4) e o fato de que estados inconscientes existem como processos cerebrais objetivos (tese 5). A maneira como Searle pretende escapar a essa contradição é concebendo a forma aspectual como *possivelmente* consciente (tese 6), e concebendo essa possibilidade em termos das *capacidades causais* que processos cerebrais possuem para gerar um estado mental consciente (tese 7).

George Rey entende que esse argumento carece de uma estrutura *dedutiva* – algo que Searle, repetidamente, reconhece<sup>47</sup> – e argumenta que Searle recorre, em sua argumentação, à negação de concebíveis (*negative conceivables*), o que é notoriamente mais difícil de estabelecer do que a negação existencial (*negative existentials*), já que a nossa incapacidade de conceber um determinado estado de coisas pode ser devida a falhas de nossa habilidade de imaginar cenários alternativos<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> Searle. “Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality”, p. 198. Searle. *The Rediscovery*, p. 156. Searle. *A redescoberta*, p. 224.

<sup>48</sup> Rey, G. “Constituent Causation and the Reality of Mind”. In: *Behavioral and Brain*

Entendo que Rey tem razão quando ele afirma ser possível refutar o argumento de Searle mostrando que certas possibilidades negadas por ele são, na verdade, *concebíveis*. Veremos a seguir como a existência de formas aspectuais puramente *objetivas* – existência que é rejeitada por Searle em sua premissa (4) – é exigida conceitualmente pela eficácia causal de um estado mental inconsciente.

O problema da argumentação de Searle é que ela está sujeita a um *contraexemplo*, gerado pelo caso de estados mentais inconscientes causalmente eficazes sobre nosso comportamento. Quando supomos que um estado inconsciente está exercendo (i) *eficácia causal*, de modo a influenciar as ações do sujeito, então nos comprometemos, inevitavelmente, com a conclusão de que essas capacidades causais dos processos cerebrais (ii) estão sendo exercidas para gerar propriedades mentais *ocorrentes* (o que rompe com a concepção disposicional), e que estas propriedades mentais (iii) são *independentes* da consciência (o que rompe com a concepção cartesiana). Examinemos agora esse problema com maiores detalhes.

### 3. O problema das capacidades causais

Se o estado intencional inconsciente é concebido, ele mesmo, enquanto a *capacidade causal* de uma estrutura neuronal de causar um estado intencional consciente, essa teoria começa a se mostrar problemática quando observamos que Searle atribui a estados inconscientes (sejam sensoriais, sejam intencionais) as suas próprias *capacidades causais* para influir no comportamento humano. Essa capacidade de influenciar o comportamento, sem dúvida, é o que faz a ideia de inconsciente indispensável para a devida compreensão das ações humanas, como o próprio Searle reconhece<sup>49</sup>.

Entretanto, entendo que tais capacidades causais, pelo menos nos momentos em que elas são *efetivamente exercidas*, indicam que as propriedades mentais inconscientes (para que possam exercer eficácia causal) *não* possuem existência meramente disposicional. Se sensações inconscientes são capazes de acordar uma pessoa durante a noite<sup>50</sup>, ou gerar movimentos enquanto a pessoa está desacordada, para proteger um membro ferido<sup>51</sup>, então o aspecto qualitativo dessas sensações tem que existir *efetivamente* (e inde-

---

*Sciences*, Vol. 13, (1990), p. 620.

<sup>49</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 151. Searle. *A redescoberta*, p. 217. Searle. *Mind*, p. 239. Searle, J. R. “Mental Causation, Conscious and Unconscious: A Reply to Anthonie Meijers”. In: *International Journal of Philosophical Studies* Vol. 8, N° 2, (2000), p. 174.

<sup>50</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 164. Searle. *A redescoberta*, p. 236.

<sup>51</sup> Searle. *Mind*, p. 244. Searle. “Mental Causation, Conscious and Unconscious”, p. 175.

*pendentemente* da consciência – existindo *sem ser sentido* pelo sujeito), para ser a causa desses comportamentos, do contrário teríamos que aceitar um *epifenomenalismo* em relação às sensações, ou seja, aceitar que *elas* não são a verdadeira causa. Entretanto, se um comportamento é efetivamente causado, em uma situação que nos leva a concluir a presença de uma sensação inconsciente, então temos de concluir que tal sensação existe *objetivamente*, isto é, independentemente das vivências do sujeito consciente.

Embora a tese de que qualidades sensíveis existem independentemente de serem sentidas possa parecer absurda, David Rosenthal a defende<sup>52</sup> de um modo que me parece bastante convincente. Rosenthal nega o ponto de vista, amplamente difundido, segundo o qual a consciência é a nossa única via de acesso às sensações. Ele defende que também podemos ter acesso às nossas sensações através de seu papel em nossas *percepções*, concebendo as qualidades mentais – ou seja, as qualidades sensoriais tais como existem em nossas mentes – como “as propriedades em virtude das quais nós fazemos discriminações perceptivas.”<sup>53</sup>

E para explicar o papel perceptivo das qualidades – seu papel em nosso discernimento entre estímulos sensoriais – Rosenthal propõe a “teoria do espaço de qualidades” [*quality-space theory*], de acordo com a qual as qualidades mentais das diferentes modalidades sensoriais – visão<sup>54</sup>, audição, olfato etc. – formam espaços de qualidades, cujas semelhanças e diferenças devem corresponder às semelhanças e diferenças das propriedades perceptíveis dos objetos externos. E se formos capazes de determinar as qualidades mentais através de nossos comportamentos de discriminação entre estímulos – como Rosenthal alega – então teremos uma via de acesso *objetivo* às qualidades mentais, tornando sua existência independente da consciência algo perfeitamente plausível.

O fato de uma existência objetiva das propriedades mentais (incluindo as propriedades sensoriais) ser imediatamente compatível com a importância de fenômenos inconscientes para a compreensão das ações humanas, é um dos aspectos que me levam a considerar a concepção do inconsciente articulada por Rosenthal como *melhor* do que a concepção articulada por Searle.

<sup>52</sup> Rosenthal. “Two Concepts of Consciousness”, p. 348-49. Rosenthal, D. “A Theory of Consciousness”. In: *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Organizado por Ned Block, Owen Flanagan e Güven Güzeldere (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997), p. 732-33.

Rosenthal, D. “Uma teoria da consciência”. *Perspectiva filosófica*, Vol. 44, Nº 2, (2017), p. 149-51.

<sup>53</sup> Rosenthal, D. “How to think about mental qualities”. *Philosophical Issues*, Vol. 20, (2010), p. 374.

<sup>54</sup> Vale ressaltar que cada modalidade sensorial possui diferentes tipos de espaços de qualidades. Por exemplo, através da visão, discernimos qualidades de cor, forma, luminosidade, etc.

Voltando à teoria de Searle, é importante ressaltar que se um estado intencional inconsciente é admitido como causa de uma ação, então a sua forma aspectual, que é uma *característica essencial* dos estados intencionais<sup>55</sup> tem que existir *efetivamente* (e *independentemente* da consciência), para ser a causa dessa ação, do contrário o estado de coisas visado pelo estado intencional permaneceria *indeterminado* (pois um estado de coisas no mundo tem incontáveis aspectos), de modo que o estado intencional inconsciente *não poderia* ser a causa da ação – pois ele não teria como se conectar ao estado de coisas representado pela intenção de praticar essa ação. Para ser capaz de causar um estado de coisas no mundo, um estado intencional tem que representar esse estado de coisas, e ele sempre representa esse estado de coisas por meio de uma determinada *forma aspectual* (cf. a seção 5, a seguir).

No que se segue, serão discutidos dois temas que devem deixar mais claras as consequências da eficácia causal para a teoria disposicional de Searle: (a) e existência da forma aspectual no nível neurobiológico, e (b) as condições necessárias para a causação *mental* inconsciente.

#### 4. A forma aspectual e sua existência neurobiológica

Deixando de lado a questão da eficácia causal de *sensações* inconscientes, já que o tema das sensações é periférico na argumentação apresentada por Searle para o princípio da conexão, é importante ressaltar que a própria maneira como Searle argumenta a favor desse princípio *abre espaço* para uma existência neurobiológica da forma aspectual.

É verdade que Searle afirma, em algumas passagens, que a forma aspectual “não existe no nível de neurônios e sinapses”<sup>56</sup> – uma inexistência que, no meu modo de entender, é o que criaria uma verdadeira incompatibilidade entre as premissas (4) e (5) do argumento exposta na seção 2.

Entretanto, em outros momentos, ele parece ser mais moderado, afirmando haver, apenas, um “abismo inferencial” (*inferential gulf*)<sup>57</sup> entre (i) as razões *epistêmicas* para se atribuir uma forma aspectual e (ii) a *ontologia* da própria forma aspectual, o que abre margem para uma existência objetiva dessa forma que seja cognitivamente inacessível para nós.

---

<sup>55</sup> Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, p. 587. Searle. *Mind*, p. 247.

<sup>56</sup> Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, p. 588. Searle. *The Rediscovery*, p. 161. Searle. *A redescoberta*, p. 232. Searle. *Seeing Things as They Are*, p. 207-8.

<sup>57</sup> Searle. “Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality”, p. 199. Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, p. 587. Searle. *The Rediscovery*, p. 158. Searle. *A redescoberta*, p. 227.

E existem até mesmo algumas passagens em que Searle parece endossar explicitamente essa existência puramente objetiva da forma aspectual de estados intencionais, quando ele diz que “a forma aspectual está codificada [*encoded*] em estruturas neuronais”<sup>58</sup>, ou que “no nível da neurobiologia, essas diferentes formas aspectuais não existem como formas aspectuais, mas, por exemplo, como diferenças na estrutura neuronal”<sup>59</sup>. Ainda que ele afirme que “a forma aspectual só é manifesta quando está consciente. *Ela só existe como forma aspectual quando está consciente*”<sup>60</sup>, entendo que as afirmações de Searle expostas acima implicam um compromisso com uma existência objetiva da forma aspectual, já que ela está sendo descrita como *existente* em estados neuronais.

E a questão é que, quando estados intencionais *causam* ações humanas, ainda que a sua forma aspectual não esteja manifesta no sentido de estar consciente, entendo que ela se manifesta no sentido de *transparecer* através da ação causada, revelando-se indiretamente através dessa ação, como será discutido na seção 5, a seguir.

Conforme foi exposto anteriormente, Searle entende que a teoria disposicional é necessária porque (i) estados intencionais inconscientes são intrínsecos e, por isso, *precisam ter* forma aspectual, mas ao mesmo tempo (ii) a forma aspectual desses estados “não pode ser minuciosa ou completamente caracterizada apenas em termos de predicados de terceira pessoa, comportamentais, ou mesmo neurofisiológicos. Nenhum destes é suficiente para fornecer uma descrição minuciosa da forma aspectual”<sup>61</sup>.

O caso é que, considerando que, na verdade, “os únicos fatos que poderiam existir enquanto (...) [alguém] está completamente inconsciente são fatos neurofisiológicos. As únicas coisas acontecendo em seu cérebro são sequências de eventos neurofisiológicos em arquiteturas neuronais”<sup>62</sup>, somos obrigados a concluir que a forma aspectual tem que existir neurobiologicamente, pois se os eventos neurofisiológicos em arquiteturas neuronais são capazes de causar o estado intencional consciente, com sua forma aspectual, essa forma já tem que estar, de algum modo, nos eventos neurofisiológicos, pois o *efeito* já deve estar prefigurado na *causa*.

Se os processos neurofisiológicos que causam um estado intencional consciente não contivessem de algum modo a forma aspectual desse estado (que é essencial para que ele possa existir), então como esses processos neu-

<sup>58</sup> Searle, J. R. “Author’s Response”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), p. 633.

<sup>59</sup> Searle. *Mind*, p. 248.

<sup>60</sup> Searle. “Mental Causation, Conscious and Unconscious”, p. 174 (grifado por Searle).

<sup>61</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 157-58. Searle. *A redescoberta*, p. 226-27.

<sup>62</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 159. Searle. *A redescoberta*, p. 228-29.

rofisiológicos poderiam causa-lo? David Armstrong é bastante claro a esse respeito quando ele argumenta que:

Quaisquer que sejam os detalhes da forma aspectual de uma crença consciente, tem de haver detalhes correspondentes na mesma crença quando ela é inconsciente. De outro modo, o poder da crença inconsciente de produzir a crença consciente seria mágico. Mas uma vez que se percebe isso, por que não deveríamos atribuir forma aspectual e intencionalidade intrínseca à crença inconsciente assim como atribuímos à crença consciente? <sup>63</sup>

É importante enfatizar que, quando Searle argumenta a favor da tese de que a forma aspectual, em certo sentido, não se encontra no nível neurobiológico (ontologicamente objetivo), ele se baseia na necessidade incontornável de recorrer a uma *inferência*<sup>64</sup> para, supostamente, se encontrar a forma aspectual correspondente a certos processos cerebrais. Isso é importante porque, na medida em que uma inferência é um processo de natureza *epistêmica*, Searle parece estar se referindo a uma limitação de nossas capacidades de conhecer, limitação que nos impede de perceber a forma aspectual, de maneira imediata, nos processos cerebrais. Mas isso não significa que a forma aspectual, ela mesma, não se encontre nos processos cerebrais.

## 5. As condições para a causação mental inconsciente

Se o próprio argumento de Searle para a conexão entre os estados intencionais e a consciência abre espaço para uma existência *objetiva* (neurobiológica) da forma aspectual, isso já enfraquece a visão cartesiana, pois a forma aspectual é uma característica *essencial* dos fenômenos intencionais<sup>65</sup>, que são uma das categorias mais significativas no domínio do mental, e está sendo apresentada como algo que existe objetivamente e, portanto, *independentemente da consciência*.

Mas a visão cartesiana, da consciência como propriedade definidora do mental, se mostra ainda mais abalada quando se considera o que tem que ser o caso para que ocorra uma efetiva *causação* da parte de um fenômeno intencional quando este é *inconsciente*, pois o próprio Searle admite explicitamente que é “a característica essencial dos fenômenos intencionais, a forma aspectual do estado intencional *que o habilita a funcionar na causação*

---

<sup>63</sup> Armstrong, D. M. “Searle’s Neo-Cartesian view of Consciousness”. p. 70.

<sup>64</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 158. Searle. *A redescoberta*, p. 227-28.

<sup>65</sup> Searle. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”, p. 587.

*mental* e, portanto, justifica as formas mentalísticas de explanação causal.”<sup>66</sup>.

Se a forma aspectual é (*a*) essencial para um estado intencional, e é (*b*) o que possibilita a causação propriamente *mental*, então, quando ocorre, efetivamente, um caso de causação mental, a forma aspectual tem que estar presente, mesmo que seja um caso de causação mental *inconsciente*.

Suponhamos que alguém tem um desejo consciente de comer um sorvete de chocolate, e suponhamos que esse alguém é distraído desse desejo por uma conversa na rua<sup>67</sup>. Suponhamos, ainda, que quando a pessoa sentiu conscientemente esse desejo, ela se pôs na direção de uma sorveteria próxima, e que enquanto conversava na rua, ela continuava a caminhar na direção da sorveteria, ainda que estivesse inconsciente do desejo que a levava a caminhar.

Em um caso como esse, temos de admitir que o desejo de comer um sorvete de chocolate – que certamente representa o sorvete sob determinada forma aspectual<sup>68</sup> – causou a intenção de ir até uma sorveteria específica, e que essa intenção – que leva a pessoa a caminhar rumo à sorveteria – certamente representa a sorveteria sob certos aspectos, e não outros. E para que possa causar a ação, a intenção tem de ter sua forma aspectual de forma ocorrente, para que ela possa desempenhar um papel na causação do ato de caminhar. Certamente, essa intenção de ir a sorveteria representa a sorveteria, entre outras coisas, sob o aspecto de ficar próxima (sendo acessível em uma caminhada), e não, por exemplo, por ficar nas imediações de uma escola (supondo-se que seja esse o caso).

Se a intenção inconsciente de ir à sorveteria, que foi causada pelo desejo inconsciente de comer um sorvete de chocolate, causa a ação de caminhar rumo à sorveteria, então a forma aspectual da intenção, assim como a forma aspectual do desejo, *está se manifestando* de alguma forma: ela *está se manifestando através do comportamento*, ainda que ela não esteja se manifestando na experiência consciente do sujeito em questão. E se ela não se manifesta na consciência, então essa forma existe *sem ser* experienciada pelo sujeito – contradizendo a formulação da subjetividade ontológica<sup>69</sup> – o que significa que ela existe de forma *objetiva*, isto é independente do sujeito consciente.

---

<sup>66</sup> Searle. *Mind*, p. 247 (grifo meu).

<sup>67</sup> Esse exemplo, que foi sugerido a Searle por Jerome Wakefield, se encontra em Searle, J. R. “The Connection Principle and the Ontology of the Unconscious: A Reply to Fodor and Lepore”. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 54, Nº 4, pp. 847-55, December (1994), p. 853-54.

<sup>68</sup> Certamente, esse desejo representa o sorvete sob o aspecto de suas propriedades sensíveis, e não, por exemplo, sob o aspecto de sua composição química.

<sup>69</sup> Searle, J. R. *Consciousness and Language*. (Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002), p. 40-41. Searle, J. R. “Why I Am Not a Property Dualist” *Journal of Consciousness Studies*, Vol. 9, Nº 12, (2002), p. 60.

Em suma, se um desejo inconsciente, por exemplo, o desejo de obedecer a uma ordem dada sob hipnose<sup>70</sup> *causa* uma determinada ação, então a forma aspectual desse desejo (ou seja: o aspecto específico pelo qual o desejo representa o estado de coisas a ser realizado, para que o desejo seja satisfeito) desempenha um papel indispensável na causação da ação.

E o ponto decisivo para nossos propósitos é que, conforme anunciado na introdução do presente trabalho, essas circunstâncias possibilitadoras da causação mental inconsciente são incompatíveis tanto com (1) a teoria disposicional de Searle quanto com (2) a perspectiva cartesiana da consciência, pois (1') se a forma aspectual do desejo está desempenhando um papel em uma causação mental efetiva no tempo *t*, então essa forma aspectual tem que existir de modo ocorrente (e não de modo disposicional) em *t*. Além disso, (2') se o estado intencional (com a sua específica forma aspectual) tem existência efetiva no tempo *t*, então estamos diante de um estado mental genuíno, porém desprovido de consciência em *t*, ao contrário do que defendem Descartes e Searle.

## 6. Considerações finais

Alguém que pretenda conceber a consciência como uma característica essencial do mental – como é o caso de Descartes e Searle – tem nos tempos atuais um ambiente bastante inóspito, pois muitos são os indícios, extremamente convincentes, de que propriedades mentais podem existir independentemente da consciência<sup>71</sup>.

A teoria disposicional constitui uma estratégia que até tem a sua plausibilidade. Por um lado, parece, minimamente, plausível pensar que um estado mental, enquanto não interage com outros fenômenos (mentais e físicos), existe como uma simples disposição, codificada em padrões de atividade eletroquímica. Nesse sentido, a teoria disposicional pode até ser verdadeira, pelo menos no que diz respeito a fenômenos mentais, por assim dizer, “inertes”.

Todavia, o valor da noção de inconsciente para a explicação das ações humanas repousa, justamente, no fato de que fenômenos inconscientes *exercem* influência sobre nossas ações, ou seja, eles provocam efeitos sobre elas, a despeito do fato de que eles permanecem *ocultos* para nós, por serem inconscientes. Mas se há um *efetivo exercício* de poderes causais desses fenômenos inconscientes, seja sobre outros fenômenos mentais (p. ex. em

---

<sup>70</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 166. Searle. *A redescoberta*, p. 238.

<sup>71</sup> Armstrong. D. M. *A Materialist Theory of Mind*. (London: Routledge & Kegan Paul, 1968), p. 113-14. Rosenthal. “Two Concepts of Consciousness”, p. 329, p. 334. Rosenthal. “A Theory of Consciousness”, p. 731. Rosenthal. “Uma teoria da consciência”, p. 147-48.

inferências inconscientes), seja sobre fenômenos físicos (p. ex. movimentos corporais), então as propriedades psicológicas que alicerçam esses casos de causalção mental tem que ser propriedades ocorrentes.

A discussão empreendida na seção 3 do presente trabalho mostrou que, quando fenômenos inconscientes (sensoriais ou intencionais) exercem eficácia causal, temos de admitir a presença de propriedades efetivamente mentais, mas independentes da consciência. Meu argumento<sup>72</sup> contra a teoria disposicional de Searle sobre o inconsciente – argumento que, na verdade, apenas articula três teses sustentadas pelo próprio Searle e uma tese sustentada por outros autores – pode ser formulado da seguinte maneira:

- (1\*) Fenômenos mentais inconscientes *explicam* certas ações humanas<sup>73</sup>;
- (2\*) Se fenômenos mentais inconscientes explicam certas ações humanas, então esses fenômenos inconscientes *exercem efetivamente* certos poderes causais<sup>74</sup>;
- (3\*) Se fenômenos inconscientes exercem efetivamente certos poderes causais, então eles os exercem em virtude de suas *propriedades mentais* (sejam sensoriais, sejam intencionais)<sup>75</sup>;
- (4\*) Se fenômenos inconscientes exercem poderes causais (no tempo *t*) em virtude de suas propriedades mentais, então tais propriedades mentais tem que ser ocorrentes (nesse tempo *t*)<sup>76</sup>;
- (5\*) Se fenômenos inconscientes possuem propriedades mentais ocorrentes, então a consciência não é essencial para a existência de fenômenos mentais.

A defesa do importante papel dos fenômenos inconscientes na explicação de nossas ações (tese 1\*) e da sua decorrente eficácia causal (tese 2\*), eficácia que supõe a atuação das *propriedades mentais* desses fenômenos inconscientes (tese 3\*), implica um compromisso com a *existência ocorrente* dessas propriedades (tese 4\*) que, por sua vez, implica a existência *fundamentalmente inconsciente* dos fenômenos mentais (tese 5\*).

Ao mesmo tempo em que ele – mesmo sendo (pretensamente) um crítico de Descartes – defende a visão cartesiana da consciência como a essência

---

<sup>72</sup> Os números das alegações receberão o índice “\*” para diferencia-las das premissas e conclusões do argumento de Searle exposto na seção 2, acima.

<sup>73</sup> Searle. *The Rediscovery*, p. 151. Searle. *A redescoberta*, p. 217. Searle. “Mental Causation, Conscious and Unconscious”, p. 174. Searle. *Mind*, p. 239.

<sup>74</sup> Searle. “Author’s Response”, p. 632. Searle. “Mental Causation, Conscious and Unconscious”, p. 174.

<sup>75</sup> Ele é bastante claro a esse respeito no caso da forma aspectual de estados intencionais em Searle. *Mind*, p. 247.

<sup>76</sup> Rosenthal. “Two Concepts of Consciousness”, p. 342. Dreyfus. “Searle’s Freudian Slip”, p. 604. Kriegel. “Consciousness as Intransitive Self-Consciousness”, p. 116.

da mente, Searle está comprometido com a visão oposta, a visão de que os fenômenos mentais são fundamentalmente inconscientes. Entretanto, penso que esse compromisso vai na *direção correta*, pois a visão do mental como algo fundamentalmente inconsciente – visão apoiada em incontáveis evidências – é extremamente convincente, especialmente diante dos indícios de que os processos de pensamento inconsciente são muito mais poderosos do que qualquer processo mental que ocorre em nossa consciência.<sup>77</sup>

## Bibliografia

- Armstrong, D. M. *A Materialist Theory of Mind*. (London: Routledge & Kegan Paul, 1968).
- \_\_\_\_\_. “Searle’s Neo-Cartesian view of Consciousness”. In: *Philosophical Issues*, Vol. 1, (1991), pp. 67-71
- Arruda, J. M. “Universais e particulares: Platonismo e Nominalismo”. In: *Metafísica Contemporânea*. Organizado por Guido Imaguire, Custódio Almeida e Manfredo Oliveira. (Petrópolis: Vozes, 2007), pp. 223-46.
- Bargh, J. A.; Morsella, E. “The Unconscious Mind”. In: *Perspectives on Psychological Science*, Vol. 3, Nº 1, (2008), pp. 73-79.
- Barth, C. “Bewusstsein bei Descartes”. *Archiv für Geschichte der Philosophie*, Vol. 93, (2011), pp. 162-94.
- Boag, S. “In defense of unconscious mentality”. In: *Psychoanalysis and Philosophy of Mind: Unconscious Mentality in the Twenty-First Century*. Organizado por Simon Boag, Linda Brakel e Vesa Talvitie. (London: Karnac Books, 2015), pp. 239-65.
- Brentano, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. (2ª ed. Leipzig: Meiner, 1924).
- \_\_\_\_\_. *Psychology from an Empirical Standpoint*. (London: Routledge & Kegan Paul, 1995).
- Carlson, R. A. “Conscious Mental Episodes and Skill Acquisition”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), pp. 599.
- Descartes, R. “Meditação terceira”. In: *Discurso do método; Meditações; Objeções e Respostas; As Paixões da Alma; Cartas*. (2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural – Coleção ‘Os Pensadores’), 1979.
- \_\_\_\_\_. *The Philosophical Writings of Descartes*. Organizado por John Cottingham, Robert Stoothof e Dugald Murdoch. (Cambridge: Cambridge University Press, 1984. [Vol. II].

<sup>77</sup> Nesse sentido, são extremamente interessantes os resultados dos experimentos conduzidos pelo psicólogo holandês Ap Dijksterhuis, resultados expostos e discutidos em Dijksterhuis, A. “Think Different: The Merits of Unconscious Thought in Preference Development and Decision Making”. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 87, Nº 5, (2004), pp. 586-598.

- \_\_\_\_\_. *Ouvres de Descartes – Meditations de prima philosophia*. Organizado por Charles Adam e Paul Tannery. (Paris: Vrin, 1996). [Vol. VII].
- \_\_\_\_\_. *Ouvres de Descartes – Méditations et principes (traduction française)*. Organizado por Charles Adam e Paul Tannery. (Paris: Vrin, 1996). [Vol. IX].
- Dijksterhuis, A. “Think Different: The Merits of Unconscious Thought in Preference Development and Decision Making”. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 87, Nº 5, (2004), pp. 586–598.
- Dreyfus, H. “Searle’s Freudian Slip”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), pp. 603-4.
- Eshlemann, M. “The Cartesian Unconscious”. *History of Philosophy Quarterly*. Vol. 24, Nº 3, July (2007), pp. 297-315.
- Freud, S. “Einige Bemerkungen über den Begriff des Unbewussten in der Psychoanalyse (1912)”. In: *Psychologie des Unbewussten*. (Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1982), pp. 29-36. [Studienausgabe Band III].
- Gennaro, R. *Consciousness and Selfconsciousness: A Defense of the Higher Order Thought Theory of Consciousness*. (Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1996).
- Harré, R. “Dispositions and Powers” In: *A Companion to the Philosophy of Science*. Organizado por W. H. Newton-Smith. (Oxford: Blackwell, 2001), pp. 97-101.
- Imaguire, G. “A substância e suas alternativas: feixes e tropos” In: *Metafísica Contemporânea*. Organizado por Guido Imaguire, Custódio Almeida e Manfredo Oliveira. (Petrópolis: Vozes, 2007), pp. 271-89.
- Kemmerling, A. “Von der Sprache zum Bewusstsein: John R. Searle löst sich vom analytischen Mainstream” In: *Merkur – deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*. Vol. 48, Nº 5, (1994), pp. 432-38.
- \_\_\_\_\_. *Ideen des Ichs: Studien zur Philosophie Descartes’*. (Frankfurt a. M.: Vittorio Klostermann, 2005).
- Kief, X. “Le problème de L’inconscient selon Descartes”. *Revue philosophique*, Nº 3, (2007), pp. 307-21.
- Kriegel, U. “Consciousness as Intransitive Self-Consciousness: Two Views and an Argument”. *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 33, No. 1, Mar, (2003), pp. 103-132.
- Loux, M. *Metaphysics: A Contemporary Introduction*. (London: Routledge, 2006).
- Rey, G. “Constituent Causation and the Reality of Mind”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990), pp. 620-21.
- Rodis-Lewis, G. *Le problème de l’inconscient et le cartésianisme*. (2ª ed. Paris, PUF, 1982).
- Rosenthal, D. “Two Concepts of Consciousness”. In: *Philosophical Studies*, Vol. 49, (1986), pp. 329-59.
- \_\_\_\_\_. “A Theory of Consciousness”. In: *The Nature of Consciousness: Philosophical Debates*. Organizado por Ned Block, Owen Flanagan e Güven Güzeldere (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997), pp. 729-753.
- \_\_\_\_\_. “How to think about mental qualities”. *Philosophical Issues*, Vol. 20, (2010), pp. 368-93.
- \_\_\_\_\_. “Uma teoria da consciência”. *Perspectiva filosófica*, Vol. 44, Nº 2, (2017), pp. 143-78.

- Searle, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1969).
- \_\_\_\_\_. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1979).
- \_\_\_\_\_. “Minds, Brains and Programms” In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 3, (1980), pp. 417-24.
- \_\_\_\_\_. “Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality”. *Philosophical Topics*, Vol. 17, (1989), pp. 193-209.
- \_\_\_\_\_. “Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990a), pp. 585-96.
- \_\_\_\_\_. “Author’s Response”. In: *Behavioral and Brain Sciences*, Vol. 13, (1990b), pp. 632-40.
- \_\_\_\_\_. *The Rediscovery of the Mind*. (Cambridge Mass., London: MIT Press, 1992).
- \_\_\_\_\_. “The Connection Principle and the Ontology of the Unconscious: A Reply to Fodor and Lepore”. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 54, Nº 4, December (1994), pp. 847-55.
- \_\_\_\_\_. *A Redescoberta da Mente*. (São Paulo: Martins Fontes, 1997).
- \_\_\_\_\_. “Mental Causation, Conscious and Unconscious: A Reply to Anthony Meijers”. In: *International Journal of Philosophical Studies* Vol. 8, Nº 2, (2000), pp. 171-77.
- \_\_\_\_\_. *Consciousness and Language*. (Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002a).
- \_\_\_\_\_. “Why I Am Not a Property Dualist” *Journal of Consciousness Studies*, Vol. 9, Nº 12, (2002b), pp. 57-64.
- \_\_\_\_\_. *Mind: A Brief Introduction*. (Oxford: Oxford University Press, 2004).
- \_\_\_\_\_. *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception*. (Oxford: Oxford University Press, 2015).
- Simmons, A. “Cartesian Consciousness Reconsidered”. In: *Philosophers Imprint*. Vol. 12, Nº 2, (2012), pp. 1-21.
- Talvitie, V. *Freudian Unconscious and Cognitive Neuroscience: From Unconscious Fantasies to Neural Algorithms*. (London: Karnac Books, 2009).
- Van Gulick, R. “Why the Connection Argument Doesn’t Work”. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LV, Nº 1, (1995), pp. 201-7.

